



ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA

Clase a cargo del profesor Maico Roris Severino de la Universidad Federal de Goiás, Brasil.

CLASE ABIERTA Y EXPERIENCIAS BRASILENAS 28 DE ABRIL /// 16.30 HS /// AUDITORIO DE LA FCE

PRIMERA PARTE:
"Economía Solidaria: Marco Teórico para implementación de políticas públicas"

SEGUNDA PARTE:
"Experiencias Brasileñas de incubación de emprendimientos de economía solidaria"

SE REQUIERE INSCRIPCIÓN PREVIA PARA LA ENTREGA DE CERTIFICADOS -> INSCRIPCIÓN www.fce.unl.edu.ar

UNIVERSIDAD NACIONAL DEL LITORAL
FACULTAD DE CIENCIAS ECONÓMICAS
FACULTAD DE CIENCIAS JURÍDICAS Y SOCIALES
Programa de Extensión Economía Social y Solidaria UNL

UNL

Prof. Dr. Maico Roris Severino
Faculdade de Engenharia e Administração
Campus Catalão – Regional Catalão
Universidade Federal de Goiás (UFG)

1



Economía Solidaria: marco teórico para implantación de políticas públicas

Prof. Dr. Maico Roris Severino
Universidade Federal de Goiás (UFG)
maicororis@gmail.com

2

Como surge a economia solidária?



3

Como surge a economia solidária?

- Frente a incapacidade da economia capitalista absorver toda mão-de-obra existente, observa-se o surgimento de alternativas habituais de ocupação e sobrevivência para geração de trabalho e renda.
- Pois apesar de o capitalismo estar no comando do desenvolvimento ele não exclui formas alternativas de desenvolvimento (SINGER, 2004).

Como surge a economia solidária?

- Outras classes de trabalhadores (além dos trabalhadores formais), são elas:
 - os trabalhadores desempregados;
 - os empreendedores;
 - os subempregados;
 - os trabalhadores da economia solidária (popular solidária, social).

Como surge a economia solidária?

- Desta forma observa-se a partir dos anos 1970, o (re)surgimento de alternativas de trabalho coletivo para geração de trabalho e renda, dentre elas destaca-se a economia popular e solidária.

Ressurgimento das Associações e das Cooperativas no mundo

- Crescimento em força das suas atividades econômicas;
- Surgimento de uma sociedade civil mundial definida como a esfera de relações e de atividades transacionais criadas por atores coletivos (movimentos sociais, redes e organizações da sociedade civil) que são independentes dos governos e das empresas privadas que funcionam 'fora' do alcance dos Estados e do mercado.

Coletivos Voluntários – Autogestão e Alternativa (década de 1970)

- Dois grupos são constituídos:
 - Movimentos sociais
Acesso em nichos de mercado por meio de redes políticas ou sociais.
 - Alternativos
Messianismo Comunitário

Coletivos Forçados – as aquisições de empresas (década de 1980)

- Governança Corporativa;
- O trabalho se transforma em variável de ajustamento do capital das empresas;
- Tentativas de transformação de empresas em cooperativas;
 - Itália – cerca de 1000 aquisições (1975 a 1985) no norte na área têxtil ou vestuário, mecânica de pequena dimensão, madeira, transporte (composta por entre 30 a 100 assalariados);
 - Espanha – 1300 empresas e 50000 postos de trabalho;

Coletivos Forçados – as aquisições de empresas (década de 1980)

- Tentativas de transformação de empresas em cooperativas;
 - França – dependendo o ano entre 1978 e 1983, entre 37% e 61% do conjunto de novos postos de trabalho;
 - Reino Unido – 90
 - Alemanha – 13
 - Dinamarca - 14
- 63% destas cooperativas estavam em funcionamento após 5 anos na França.

Redescoberta da Economia Popular

- Constituídas por:
 - Oficinas de produção
 - Organizações de desempregados
 - Grupo de alimentação comunitária
 - Organizações ligadas aos problemas de habitação
 - Associações de prestação de serviços (saúde e cultura)
- No Chile, metade da população está envolvida na economia popular e 70% dos trabalhadores não desejam mudar.

Redescoberta da Economia Popular

- No Chile, metade da população está envolvida na economia popular e 70% dos trabalhadores não desejam mudar.
- Situação semelhante no Brasil, Argentina, Colômbia, Equador, México, Peru e Uruguai;
- Apoiam-se nos movimentos Negros e Indígenas.
- Buscam ao combate à exclusão tal como:
 - Associação dos recicladores na Colômbia (1990)
 - MST no Brasil (1984) – associada a Via Campesina
- Apoio de ONGs na América Latina.

Algumas Iniciativas

- Países Escandinavos:
 - Organizações promotoras de projetos (Dinamarca);
 - Centros de Acolhimento e Aconselhamento de mulheres vítimas de violência doméstica (Suécia);
 - Pais e mães com serviços de guarda de crianças (Suécia);
 - Associação de pessoas portadoras de deficiência (Reino Unido);
 - Iniciativas de Entreeajuda (Alemanha e Áustria)
 - Mudança em termos políticos institucionais (França e Bélgica)

Comércio Justo – proximidade das experiências do Norte e do Sul

- Alternative Trading Organizations (ATO);
- European Fair Trade Association (EFTA);
- Fair Trade Labelling Organizations International (FLO International)
- Rede Latino Americana de Comercialização Comunitária (RELACC)

Definições

- Definição de Economia Solidária...

É uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano e não do capital.

Tem base associativista e cooperativista, e é voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida.

Definição: Economia Solidária

- Definição:

- É um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver, sendo uma prática regida pela autogestão, democracia, cooperação, solidariedade, respeito à natureza, promoção da dignidade e valorização do trabalho humano, tendo em vista um projeto de desenvolvimento sustentável global e coletivo (SENAES, 2014).

Princípios da Economia Solidária (França e Lavelle, 2004)

- Pluralidade de princípios econômicos;
- Autonomia Institucional;
- Democratização dos processos decisórios;
- Sociabilidade comunitário-pública;
- Finalidade multidimensional.

O que são Empreendimentos de Economia Solidária (EES)

- São coletivos de trabalho (associações ou cooperativas) organizados por trabalhadores (vinculados aos setores populares) como alternativa de geração de trabalho e renda.

Práticas de Solidarismo

- Autogestão;
- Prática da Gestão Partilhada;
- Prática do Trabalho Partilhado;
- Coletivos de Trabalho;
- Associativismo;
- Cooperativismo.

Benefícios destas experiências

- Seus princípios não os impedem de competir no mercado;
- Possuem vantagens relativas em termos de eficiência;
- Sua difusão enraíza os efeitos da propriedade e democratização da economia;
- Geram benefícios sócios-políticos, como extensão da cidadania e da participação, diminuindo o efeito das desigualdades sociais.

Alguns Desafios

- Como manter os empreendimentos funcionando?
 - Insuficiência de capital
 - Dificuldade para supri-lo rapidamente
 - Manutenção de práticas capitalistas
- Quanto ao preparo acadêmico, profissional e administrativo dos trabalhadores (qualificação).

Quanto à formação idealizada

- RAZETO (2000) por meio de uma Educação Popular:
 - Capacitação técnica, que habilite o aprendiz para a execução do trabalho;
 - Capacitação de gestão que habilite o aluno para a tomada de decisões em processos de grande variabilidade de condições e circunstâncias;
 - Capacitação para a obtenção, seleção, processamento e manejo de informação;
 - Capacitação financeira e comercial que certamente não se limita ao manejo do dinheiro, dos custos e benefícios, mas consiste, essencialmente, no desenvolvimento da capacidade de relacionamento de pessoas, empresas, mercados, estimulando neles a credibilidade e a confiança em relação à própria capacidade, aos projetos e aos produtos.

Como surgem os EES (GAIGER, 2004)?

- Setores populares com experiência em práticas associativas, comunitárias ou de classe;
- Organizações e lideranças populares genuínas;
- Chances favoráveis para que práticas econômicas associativas sejam compatíveis com a economia popular dos trabalhadores.

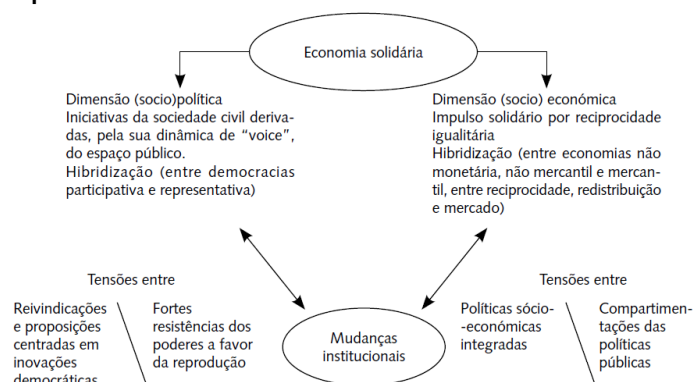
Como surgem os EES?

- A presença de entidades e grupos de mediação;
- Incidência concreta dos efeitos da redução das modalidades convencionais de subsistência;
- A formação de um cenário político e ideológico que reconheça a relevância dessas demandas sociais e das alternativas da geração de trabalho e renda.



Alguns Desafios Mundiais

- Microfinanças e moedas sociais;
- Da Alternativa para a legitimidade;
- Dupla dimensão da Economia Solidária.



Política Nacional de Economia Solidária

- É um processo sistemático de reconhecimento de direitos de cidadania pelo Estado, sobretudo dos trabalhadores e trabalhadoras das iniciativas econômico-solidárias, e como dever do Estado.
- A política pública de economia solidária é um processo de conquista social.
- Processo de construção participativa com conferências públicas realizadas nas esferas municipais, regionais, estaduais e federal.

Conferências de Economia Solidária



3ª Conaes Conferência Nacional de Economia Solidária

Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável.

Conferências de Economia Solidária

- Quem participa?
 - Empreendimentos
 - Instituições de apoio
 - Poder público

I CONAES (2006)

- Tema: Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento.
 - marco jurídico, crédito e finanças solidárias, produção e comercialização, formação, comunicação, entre outras.
 - Lei Orgânica e de um Sistema de Políticas Públicas de economia solidária e afirmou a necessidade de ampliação do espaço institucional da política de economia solidária no Governo Federal.
 - Avanços e aperfeiçoamento das políticas públicas de economia solidária.
 - CONAES buscou transformar as resoluções da Conferência em ações e iniciativas do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, no Plano Plurianual do Governo Federal para 2008 a 2011.

II CONAES (2010)

- Tema: Pelo Direito de produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável.
- Objetivos:
 - Avançar na institucionalização e na ampliação das políticas públicas de economia solidária, tornando-a permanente na estrutura do Estado Brasileiro;
 - Criação e implantação do Sistema Nacional de Economia Solidária;
 - Fundo Nacional de Economia Solidária para financiamento das políticas públicas de economia solidária e de fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários.

II CONAES (2010)

- Projeto de Lei 4685, de 2012.
 - Art. 1º - Esta Lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição da Política Nacional de Economia Solidária, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e qualifica os empreendimentos econômicos solidários como sujeitos de direito, com vistas a fomentar a economia solidária e assegurar o direito ao trabalho associado e cooperativado.

II CONAES (2010)

- Foram inseridos no Programa Temático de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária das políticas públicas federais de economia solidária no Plano Plurianual do Governo Federal para o período de 2012 a 2015 os seguintes objetivos estratégicos:
 - 0983 - Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário.
 - 0982 - Fortalecer a institucionalidade da política nacional de economia solidária, a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento.

III CONAES (2014)

- Tema: "Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável";
- Objetivos:
 - Realizar balanço sobre os avanços, limites e desafios da Economia Solidária considerando as deliberações das Conferências Nacionais de Economia Solidária;
 - Promover o debate sobre o processo de integração das ações de apoio a economia solidária fomentadas pelos governos e pela sociedade civil;
 - Elaborar planos municipais, territoriais e estaduais de economia solidária; e
 - Elaborar um Plano Nacional de Economia Solidária contendo visão de futuro, diagnóstico, eixos estratégicos de ação; programas e projetos estratégicos e modelo de gestão para o fortalecimento da economia solidária no país.

III CONAES (2014)

Prioridades por eixo:

- **Produção Comercialização e Consumo**
 - Implantação de espaços permanentes de comercialização tais como centrais, pontos fixos e feiras, com toda a infraestrutura necessária aos expositores e visitantes para o fortalecimento da agricultura familiar e Economia Solidária, bem como, incentivo à Cultura Popular, especialmente nas comunidades tradicionais (quilombolas, ciganos, entre outros);
 - Investimentos em infraestrutura de transporte, como estradas e pontes, para maior acessibilidade às associações produtivas e transporte dos produtos;
 - Campanhas de sensibilização e incentivo ao consumo dos produtos da economia solidária;
 - Aproveitamento de espaços turísticos e de lazer para divulgação, exposição e vendas de produtos da economia solidária.

III CONAES (2014)

Prioridades por eixo:

- **Financiamento: crédito e finanças solidárias**
 - Melhorar a organização nos territórios para acessar informações de crédito e financiamento e implantar fundos rotativos solidários, banco comunitário e cooperativas de crédito em assentamentos rurais, comunidades tradicionais e em projetos de reeducação para egressos do sistema penitenciário, dentre outros;
 - Elaboração de projetos de captação de recursos e capacitação em finanças solidárias para identificar incentivos e subsídios à projetos de desenvolvimento local;

III CONAES (2014)

Prioridades por eixo:

- **Financiamento: crédito e finanças solidárias**
 - Identificar recursos públicos de incentivo à produção cultural nos territórios;
 - Buscar parceria com o sistema S para ampliar o campo de atuação da Economia Solidária e realizarem trabalhos com cooperativismo de acordo com as diretrizes e valores da Economia Solidária;
 - Implantar/fortalecer iniciativas de bancos comunitários, fundos solidários e cooperativas de crédito nas comunidades;
 - Política específica de fomento com financiamentos e fundos para experiências de economia solidária.

III CONAES (2014)

Prioridades por eixo:

- **Acesso ao conhecimento: educação, formação e assessoramento**
 - Capacitação continuada em economia solidária com o fortalecimento dos Centros de Formação (CFES), e assessoramento técnico aos empreendimentos e grupos de produção familiar cujo conteúdo contemple sustentabilidade, identidade, preço justo, estética, acabamento e gestão compartilhada;
 - Cria um programa de incubação de EES, articulados com entidades de ensino e fomento e com outros programas de formação, capacitação, assistência social, dentre outros;
 - Oferecer serviços de creche para os EES;

III CONAES (2014)

Prioridades por eixo:

- Acesso ao conhecimento: educação, formação e assessoramento
 - Criar um fórum permanente de ES nas redes sociais para exposição de informações, eventos, iniciativas, dúvidas e troca diversas para ampliar a comunicação e intercâmbio;
 - Promover diálogos e convergência de projetos e políticas públicas existentes nas regiões, territórios e nos estados;
 - Ampliar a atuação dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária;

III CONAES (2014)

Prioridades por eixo:

- Acesso ao conhecimento: educação, formação e assessoramento
 - Melhorar a educação no campo e o acesso ao PRONAF Jovem e PRONAF Mulher para garantir a permanência da população no meio rural;
 - Implantar os programas luz e água para todos e melhoria da qualidade do serviço existente;
 - Fiscalização na aplicação da Lei do PNAE;
 - Buscar orientação jurídica sobre a utilização da lei do selo de economia solidária que favoreça também a agricultura familiar.

III CONAES (2014)

Prioridades por eixo:

- Ambiente Institucional: legislação e integração de políticas públicas
 - Titularização das terras às comunidades tradicionais (quilombolas);
 - Garantir legislação nos 3 níveis de governo, que assegure compras públicas de produtos e serviços da ES no meio urbano e rural (à semelhança do PAA e PNAE);
 - Potencializar mecanismos locais como conselhos e fóruns que possibilitem o controle social, a transferência e fiscalização dos recursos e programas que chegam aos municípios;
 - Implementação das leis que institui o Selo Economia Solidária e dá outras providências (Lei 17420 de 21/09/11) e a Política de Fomento à Economia Solidária do Estado de Goiás (Lei 17142 de 10/09/10);

III CONAES (2014)

Prioridades por eixo:

- Ambiente Institucional: legislação e integração de políticas públicas
 - Aprovação da lei federal de economia solidária, leis municipais de fomento à economia solidária e implementação das leis existentes;
 - Criar e instituir por decreto municipal o Conselho e Fundo Municipal de ES, garantindo representação de 25% de gestores, 25% de entidades de apoio e 50% de empreendimentos;
 - Criar e instituir órgão governamental específico ou agregado à uma secretaria afim nos municípios e que seja responsável pela gestão da Política Pública de ES nos municípios.

III CONAES (2014)

Prioridades por eixo:

- Ambiente Institucional: legislação e integração de políticas públicas
 - Divulgar as experiências de ES nos meios de comunicação e mídias estatais de forma gratuita;
 - Elaboração de planos municipais de ES;
 - Adequar a legislação sanitária e fiscal à agricultura familiar e à ES para favorecer a comercialização

III CONAES (2014)

Recomendações:

- Favorecer o intercâmbio de experiências exitosas em ES;
- Maior investimento em comunicação/divulgação da ES;
- Estabelecer maior aproximação da ES e a produção artística e cultural nas regiões;
- Maior preparo do funcionalismo público sobre Programas do governo para um melhor atendimento ao público e acesso a estes serviços;
- Buscar orientação jurídica sobre a utilização da lei do selo de economia solidária que favoreça também a agricultura familiar.



Experiencias brasileiras de incubación de emprendimientos de economía solidaria

Prof. Dr. Maico Roris Severino
Universidade Federal de Goiás (UFG)
maicororis@gmail.com

45

Qual a finalidade de uma Incubadora?

- Assessorar a grupos sociais que visam à organização coletiva para criação de empreendimentos econômicos solidários para a geração de trabalho e renda.

Qual a finalidade de uma Incubadora?

- Assessorar os empreendimentos quanto:
 - Capacitação técnica que habilite para a execução do trabalho;
 - Capacitação à gestão que habilite para a tomada de decisões;
 - Capacitação para a obtenção, seleção processamento e manejo de informação;
 - Capacitação financeira e comercial;
 - Questões contábeis e jurídicas.




- Criada 2013;
- Conjunto de Projeto de Extensão;
- Metodologia de trabalho
 - Pesquisa-Ação;
 - Pesquisa Participante.

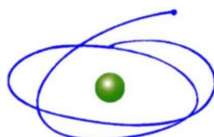
Equipe

- Professores e alunos de graduação e pós-graduação dos cursos de:
 - Engenharia de Produção;
 - Administração;
 - Psicologia;
 - Geografia;
 - Engenharia Civil;
 - Química;
 - Biologia.

Parcerias

- Usina Hidrelétrica Serra do Facão Energia S.A. (SEFAC);
- Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Catalão (SEMMAC);
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE);
- Movimento Camponês Popular (MCP)
-  INCUBADORA
ATHENAS

Entidades Apoiadoras



C A P E S
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Atividades de Investigação

- Construir referencial conceitual e metodológico acerca de processos de incubação e de acompanhamento de EES pós-incubação utilizados pelas incubadoras goianas;
- Realizar um mapeamento das metodologias de incubação disponíveis na literatura;
- Realizar um mapeamento das metodologias utilizadas pelas incubadoras localizadas em Goiás através de uma pesquisa de campo;
- Desenvolver novas metodologias de incubação de EES articulados a processos de desenvolvimento territorial e regional contextualizados à realidade do estado de Goiás;

Atividades de Investigação

- Realizar estudo multicase dos EES incubados pela INESSOL;
- Criação de redes locais de Economia Solidária;
- Atuação do Fórum Goiano de Economia Solidária;
- Análise do processo de desenvolvimento, transferência e apropriação de tecnologias sociais por parte dos empreendimentos a serem incubados;
- Análise de apropriação do conhecimento por parte dos participantes dos EES na participação nos cursos, oficinas, treinamentos e palestras a serem desenvolvidos.

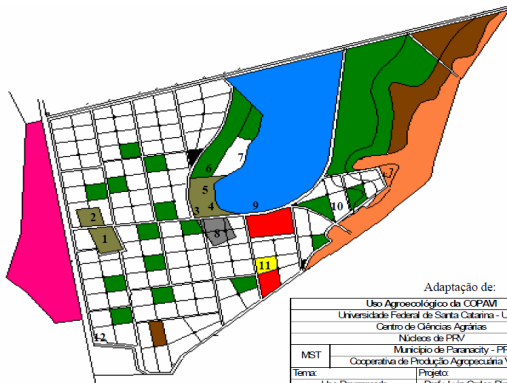
Algumas Experiências Brasileiras

- COPAVI;
- Feira Por do Sol;
- COOTRACAT;
- COOPERMODA;
- MCP.

Feira de Economia Solidária Pôr Do Sol da Associação do Bairro Castelo Branco e Adjacentes



Feira de Economia Solidária Pôr-do-Sol



Adaptação de:

Uso Agroecológico da COPAVI	Projeto 212/2003
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	Data:
Centro de Ciências Agrárias	Setembro de 2003
Núcleo de PAV	Escala: 1:5000
MST	Município de Paracaty - PR
Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda.	Desenho:
Tema:	Rafael Nunes
Projeto:	Eng. Civil - CREA
Uso Programado	Prof. Luiz Carlos Pinheiro Machado
Divisão da Área	email: lcam@cca.ufsc.br
Área (INCR): 252,81 ha	fone: (51) 5966-4297 / (48) 5973-4257
	Planta
	2

Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos de Catalão (COOTRACAT)





Considerações Finais

Para Refletir

- Gaiger (2004) aponta que o solidarismo é visto como forma de produção não-capitalista e estas formas de organização visam superar a divisão entre o capital e o trabalho (típico do modo de produção capitalista).

Algumas questões?

- Verifica-se uma tendência de coexistência da economia capitalista com uma outra economia? (CATTANI, 2003)
- Ou é um novo sistema econômico de ruptura?

Algumas questões?

- A economia solidária estaria sendo regulada para reprodução das relações históricas da caridade e do assistencialismo buscando novamente controlar movimentos sociais?
- Ou estão contribuindo na construção da cidadania individual e coletiva através da autonomia e da emancipação (EID, 2003)?



UFG





UNL



Asociación de Universidades
GRUPO MONTEVIDEO




Fecha: 29/04/2015 (Miércoles)

Horário: 11hoo


Tema: Green Supply Chain Management – Integración de prácticas sustentables en las relaciones con clientes y proveedores

Lugar: Auditorio CCT CONICET SANTA FE, Edificio Houssay, Güemes 3450, Santa Fe.


64



Ciclo de Seminarios FIQ-UNL
"Nuevas Tendencias en la Gestión de la Cadena de Suministros"



Fecha: 30/04/2015 (Jueves)
Horario: 13h30



Tema: Sistemas de medición del desempeño de la gestión en la cadena de suministro verde (Green Supply Chain Management)

Asociación de Universidades
GRUPO MONTEVIDEO

65



Muchas Gracias!!!

Prof. Dr. Maico Roris Severino
Universidade Federal de Goiás (UFG)
maicororis@gmail.com

66